



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 61ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/10/2016

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.864 a 3.868/2016 – Requerimentos nºs 5.719 a 5.722/2016 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Defesa do Consumidor, de Agropecuária, de Desenvolvimento Econômico, de Esporte, de Administração Pública, da Pessoa com Deficiência, de Meio Ambiente (2), de Educação e de Transporte e dos deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia (4), Fabiano Tolentino e Glaycon Franco (2) – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados André Quintão, Antônio Jorge, Dalmo Ribeiro Silva, Arlen Santiago e Rogério Correia – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Palavras do Presidente – Acordo de Líderes; Decisão da Presidência – Decisões da Presidência (6) – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 2.641, 2.636 a 2.640 e 2.635/2016; deferimento – Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião – Leitura de comunicação – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antônio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h4min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.864/2016

Declara de utilidade pública o Centro Comunitário Imaculada Conceição, com sede no Município de Visconde do Rio Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Comunitário Imaculada Conceição, com sede no Município de Visconde do Rio Branco.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Anselmo José Domingos (PTC)

Justificação: O Centro Comunitário Imaculada Conceição, com sede no Município de Visconde do Rio Branco, está em pleno e regular funcionamento desde 24/11/1992 e realiza suas atividades dentro do previsto em seu estatuto social.

É importante destacar que se trata de uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, beneficente, filantrópico e comunitário, proporcionando melhor qualidade de vida para todos.

Obedecendo aos critérios da Lei Estadual nº 12.972, de 27/7/1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública e dá outras providências, o estatuto social da entidade deixa claro que não será distribuída qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a qualquer título; seus recursos são aplicados integralmente e destinados à manutenção de seus objetivos institucionais.

Nesses termos, observados os requisitos legais e verificada a importância do Centro Comunitário Imaculada Conceição para a sociedade mineira, conto com a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.865/2016

Declara de utilidade pública a Associação Sociedade Amigos da Lage, com sede no Município de Ibiraci.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Sociedade Amigos da Lage, com sede no Município de Ibiraci.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Cássio Soares (PSD)

Justificação: A Associação Sociedade Amigos da Lage é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada com o objetivo de zelar pela melhoria das condições de vida dos moradores e do progresso da comunidade onde atua. A documentação apresentada atesta que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções, e que a entidade está em regular funcionamento há mais de um ano, nos termos da Lei nº 12.972, de 1998. Certo da importância da proposição, conto com o apoio dos nobres deputados para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.866/2016

Declara de utilidade pública a Associação Universitária Cultural Passense, com sede no Município de Passos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Universitária Cultural Passense, com sede no Município de Passos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Cássio Soares (PSD)

Justificação: A Associação Universitária Cultural Passense é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada com o objetivo de promover eventos culturais, científicos e educacionais, além do trabalho voluntário e de valores éticos e cidadãos. A documentação apresentada atesta que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções, e que a entidade está em regular funcionamento há mais de um ano, nos termos da Lei nº 12.972, de 1998. Certo da importância da proposição, conto com o apoio dos nobres deputados para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.867/2016

Altera a Lei nº 20.608/2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 6º da Lei nº 20.608, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 6º – Dos recursos destinados à compra institucional de gêneros alimentícios *in natura* ou manufaturados, o Estado aplicará no mínimo 50% (cinquenta por cento) na aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de organizações de agricultores familiares, para fins de:”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Cristiano Silveira (PT)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Agropecuária para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.868/2016

Declara de utilidade pública a Associação Corinthians Esporte Clube, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Corinthians Esporte Clube, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Fábio Avelar Oliveira (PTdoB)

Justificação: A Associação Corinthians Esporte Clube é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de Divinópolis. Tem como objetivo promover a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas; promover a integração comunitária de crianças, jovens, adultos e idosos por meio da prática esportiva de lazer e da cultura; congrega todos os associados e atletas, na busca do bem comum, na defesa de seus direitos, assim como na conscientização sobre seus deveres, entre outras atividades. Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades.

Tendo em vista que a entidade atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/1998, e o importante trabalho que desenvolve em sua região, conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 5.719/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Sr. Fernando Cezar Batista Garcia e com a Chiado Editora pela publicação do livro *Do sexo ao átomo*.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Fernando Cezar Batista Garcia, na Rua Santa Catarina, 996, apto. 701, Bairro Lourdes, 30170-080, Belo Horizonte, e à Chiado Editora, no Conjunto Nacional, Conjuntos 205 e 206, Avenida Paulista, 2.073, Edifício Horsa 1, 01311-300, São Paulo.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Celinho do Sinttrocel (PC DO B), vice-líder do Bloco Minas Melhor, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.



Justificação: Fernando Cezar Batista Garcia tem 50 anos, é brasileiro e vive em Belo Horizonte. Trabalhou como bancário e, após graduar-se em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tornou-se servidor de carreira da Assembleia Legislativa do Estado, onde há cerca de 25 anos assessora a atividade política e parlamentar. Fernando sempre escreveu peças publicitárias e jornalísticas, e agora apresenta seu livro *Do sexo ao átomo*, que trata do vínculo encontrado por ele entre as metáforas bíblicas e a ciência. A congratulação é o reconhecimento desta Casa ao autor e a valorização de seu trabalho criativo e ousado.

– À Comissão de Cultura.

REQUERIMENTO Nº 5.720/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Programa de Câncer de Mama do Estado de Minas Gerais, respondendo de forma objetiva os seguintes pontos: Quais foram as providências tomadas para substituição do programa SIS-Cacon, que verificava os pacientes com BI-RADS 3, 4 e 5 e disponibilizava a informação aos Cacons? Quais as funcionalidades do novo sistema? Quais funcionalidades do SIS-Cacon deixaram de ser utilizadas no novo sistema? Qual a data prevista para disponibilização do novo sistema aos Cacons, para que visualizem as mulheres com BI-RADS 3, 4 e 5 e iniciem o tratamento em até 30 dias?

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

Justificação: A instituição do sistema de informação é fundamental para possibilitar o início do tratamento das mulheres em até 30 dias. Sem ele, o Cacon não terá a informação necessária para entrar em contato com as mulheres, visando tomar as providências necessárias para o início do tratamento. Só a realização da mamografia não soluciona o problema. Compete ao Estado providenciar os meios necessários para que a mulher tenha acesso, no tempo adequado, ao tratamento.

– À Mesa da Assembleia.

REQUERIMENTO Nº 5.721/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. – Cooxupé – pelo recebimento recorde de café em 2016, quando registrou 6.000.476 sacas de café verde, tipo arábica, número recorde em sua história.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Carlos Alberto Paulino da Costa, presidente da cooperativa, na Rua Manoel Joaquim Magalhães Gomes, 400, Guaxupé, CEP: 37800-000.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Emidinho Madeira (PSB), vice-presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

Justificação: A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. – Cooxupé – é uma das maiores colaboradoras, senão a maior, para que o setor cafeeiro no sul e sudoeste de Minas seja fortalecido e tenha o direcionamento correto a fim de obter os melhores resultados. Todos os cooperados, colaboradores e a administração da Cooxupé, na pessoa do presidente Carlos Paulino, realizam um trabalho sério, honesto e com muito profissionalismo. A Cooxupé representa não somente o recebimento e a comercialização do café em nossa região, mas também a transferência de tecnologia aos produtores de café, cumprindo de forma exemplar os princípios do cooperativismo.



Até o dia 18/10/2016, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé registrou o recebimento de 6.000.476 sacas de café verde, tipo arábica, número recorde em sua história. Até o final do ano, o balanço será maior, tendo em vista que a Cooxupé ainda está recebendo café de seus cooperados e terceiros, situados nas regiões Sul de Minas, Cerrado mineiro e Vale do Rio Pardo (SP). Comparado ao ano de 2015, quando a cooperativa recebeu 5,2 milhões de sacas, o crescimento até o momento é de 16%.

O presidente da Cooxupé, Carlos Alberto Paulino da Costa, afirma que a meta de recebimento da cooperativa em 2016 já está alcançada. “Nosso objetivo este ano era receber 6 milhões de sacas, e o número que recebemos até o dia 18/10 é um fato inédito para a Cooxupé. A cada ano nos planejamos para atender, principalmente, as demandas do mercado internacional – para onde concentramos 80% das atividades da Cooxupé por meio das exportações –, e chegar a este resultado demonstra o quanto a cooperativa é uma empresa sólida e de credibilidade”, aponta Paulino.

Assim, solicitamos seja formulado voto de congratulações com essa importante instituição, que contribui com o desenvolvimento e a economia de Minas Gerais. Pela importância do projeto, acreditamos na sua aprovação por nossos ilustres pares.

– À Comissão de Agropecuária.

REQUERIMENTO Nº 5.722/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o valor das mamografias realizadas por meio do caminhão de mamografia atualmente contratado pelo Estado, encaminhando a esta Assembleia Legislativa cópia do contrato e respectivos termos aditivos. Esta informação é fundamental, tendo em vista que, na audiência pública da Comissão de Saúde, do dia 3/8/2016, a representante da Secretaria de Estado de Saúde, Márcia Dayrell, prestou informações inverídicas, infringindo o art. 307 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

Deputado Antônio Jorge (PPS)

Justificação: As audiências públicas são fundamentais para o aprimoramento dos trabalhos de fiscalização dos programas públicos do Estado, bem como para levar informações de qualidade e confiáveis à população. Não é possível que um representante do Estado apresente informações inverídicas, que venham causar dano à idoneidade dos gestores. Nesse sentido, é imprescindível que sejam encaminhadas as cópias do contrato e dos termos aditivos, visando esclarecer de vez o valor pago por mamografia, por meio do contrato de prestação de serviços do caminhão de mamografia.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Saúde. Anexe-se ao Requerimento nº 5.667/2016, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Defesa do Consumidor, de Agropecuária, de Desenvolvimento Econômico, de Esporte, de Administração Pública, da Pessoa com Deficiência, de Meio Ambiente (2), de Educação e de Transporte e dos deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia (4), Fabiano Tolentino e Glaycon Franco (2).

Oradores Inscritos

– Os deputados André Quintão, Antônio Jorge, Dalmo Ribeiro Silva, Arlen Santiago e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que o Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2016-2019 – para o exercício 2017, e o Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017, ambos do governador do Estado, foram publicados no *Diário do Legislativo* do dia 11/10/2016.

A presidência informa, ainda, que o prazo de 20 dias para apresentação de emendas aos projetos na Comissão de Fiscalização Financeira teve início no dia 13/10/2016 e será encerrado no dia 1º/11/2016.

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos membros do Colégio de Líderes acordam seja prorrogado até o dia 28/11/2016 o prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2016-2019 – para o exercício de 2017, e ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017, ambos do governador do Estado.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 26 de outubro de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, determina o arquivamento, por perda de objeto, dos Requerimentos Ordinários nºs 2.490 e 2.505/2016, do deputado Durval Ângelo, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 26 de outubro de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 2.155/2015, do deputado Anselmo José Domingos, ao Projeto de Lei nº 3.846/2016, do governador do Estado, por guardarem semelhança entre si e por tratarem de matéria de iniciativa privativa do governador do Estado.

Mesa da Assembleia, 26 de outubro de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.



DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 3.744/2016 ao Projeto de Lei nº 3.743/2016, ambos do deputado Noraldino Júnior, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 26 de outubro de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Projeto de Lei nº 3.844/2016 seja distribuído à Comissão de Fiscalização Financeira, em razão da natureza da matéria.

Ficam mantidos a distribuição às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico, bem como os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 26 de outubro de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Projeto de Lei nº 3.654/2016, que havia sido distribuído à Comissão de Segurança Pública, seja redistribuído à Comissão de Saúde, em razão da natureza da matéria.

Ficam mantidos a distribuição às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico, bem como os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 26 de outubro de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Projeto de Lei nº 3.663/2016 seja distribuído à Comissão de Fiscalização Financeira, em razão da natureza da matéria.

Ficam mantidos a distribuição às Comissões de Justiça e de Administração Pública, bem como os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 26 de outubro de 2016.

Hely Tarquínio, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 5.568, 5.569, 5.592, 5.594, 5.595, 5.597 e 5.598/2016, da Comissão de Segurança Pública, 5.602/2016, da Comissão de Defesa do Consumidor, 5.669 e 5.674 a 5.676/2016, da Comissão de Saúde, 5.679 e 5.680/2016, da Comissão de Minas e Energia, 5.685 e 5.699 a 5.706/2016, da Comissão de Direitos Humanos, e 5.707 a 5.712/2016, da Comissão da Pessoa com Deficiência. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:



de Defesa do Consumidor – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 6/10/2016, do Requerimento nº 4.680/2016, da Comissão de Assuntos Municipais;

de Agropecuária – aprovação, na 13ª Reunião Extraordinária, em 11/10/2016, dos Projetos de Lei nºs 3.051/2015, do deputado Sargento Rodrigues, e 3.462/2016, do deputado Hely Tarquínio, e dos Requerimentos nºs 5.285/2016, do deputado Bosco, e 5.333/2016, do deputado Wander Borges;

de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, em 11/10/2016, do Projeto de Lei nº 3.557/2016, do deputado Dilzon Melo;

de Esporte – aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 18/10/2016, dos Requerimentos nºs 5.541/2016, do deputado Felipe Attiê, e 5.561/2016, do deputado Alencar da Silveira Jr.;

de Administração Pública – aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, em 18/10/2016, dos Requerimentos nºs 5.366/2016, do deputado Léo Portela, 5.470/2016, da Comissão de Direitos Humanos, 5.473/2016, do deputado Léo Portela, 5.474/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, 5.479 e 5.488/2016, da Comissão de Direitos Humanos, e 5.537 e 5.539/2016, do deputado Roberto Andrade;

da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 18/10/2016, do Projeto de Lei nº 3.541/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, e dos Requerimentos nºs 5.084/2016, do deputado Braulio Braz, 5.334/2016, do deputado Wander Borges, e 5.336 e 5.492/2016, do deputado Duarte Bechir;

de Meio Ambiente (2) – aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, em 19/10/2016, dos Requerimentos nºs 4.587, 4.919 e 4.921/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais; e aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 26/10/2016, dos Requerimentos nºs 4.924 a 4.926/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, 5.510/2016, do deputado Noraldino Júnior, e 5.652/2016, da Comissão de Participação Popular;

de Educação – aprovação, na 11ª Reunião Extraordinária, em 19/10/2016, dos Requerimentos nºs 5.289/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 5.394/2016, do deputado Wander Borges, e 5.523/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro;

e de Transporte – aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 25/10/2016, dos Requerimentos nºs 5.404 e 5.441/2016, do deputado Anselmo José Domingos, 5.436/2016, da Comissão de Assuntos Municipais, 5.440 e 5.540/2016, do deputado Felipe Attiê, 5.457/2016, do deputado Bosco, 5.504, 5.506 e 5.507/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e 5.563/2016, do deputado Emidinho Madeira; e pelos deputados:

Fabiano Tolentino – informando sua renúncia como membro suplente da Comissão de Justiça;

Cristiano Silveira – informando sua renúncia como membro efetivo da Comissão de Justiça;

Glaycon Franco – informando que o Bloco Compromisso com Minas Gerais abre mão de uma vaga de membro efetivo da Comissão de Justiça, em favor do Bloco Minas Melhor;

e Rogério Correia (4) – informando sua renúncia como membro efetivo da Comissão de Agropecuária (Ciente. Publique-se.); indicando o deputado Cristiano Silveira para membro efetivo da Comissão de Agropecuária, na referida vaga; indicando o seu nome para membro efetivo da Comissão de Justiça, na vaga do deputado Cristiano Silveira; e indicando o deputado Durval Ângelo para membro efetivo da Comissão de Justiça, na vaga cedida pelo Bloco Compromisso com Minas Gerais (Ciente. Designo. Às comissões.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 2.641/2016, do governador do Estado, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.850/2016 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XXVII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários nºs 2.636, 2.637, 2.638 e 2.639/2016, dos deputados Gilberto Abramo, Anselmo José Domingos, Dilzon Melo e Duarte Bechir, da deputada Geisa



Teixeira e dos deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Sargento Rodrigues, em que solicitam que os pareceres pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei n°s 875, 897, 2.913 e 776/2015, respectivamente, sejam apreciados pelo Plenário; e o Requerimento Ordinário n° 2.640/2016, dos deputados Gilberto Abramo, Anselmo José Domingos, Dilzon Melo e Duarte Bechir, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Wander Borges, em que solicitam seja o parecer pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n° 2.524/2015 apreciado pelo Plenário; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 2.635/2016, do deputado Rogério Correia e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, do Município de Uberlândia, pelo seu centenário.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, peço a suspensão da reunião por alguns minutos, para entendimentos.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 3 minutos para entendimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo deputado Glaycon Franco, indicando o deputado Agostinho Patrus Filho para membro efetivo da Comissão de Justiça, na vaga do deputado Antônio Jorge (Ciente. Designo. Às comissões.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 27, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2016

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Neilando Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei n° 2.810/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Anselmo José Domingos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 3.166/2015 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Gustavo Valadares), e 3.323/2016 com as Emendas n°s 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Anselmo José Domingos). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei n°s 1.590/2015 com a Emenda n° 1, votada em separado (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), e 2.894/2015 com a Emenda n° 1, votada em separado (relator: deputado Anselmo José Domingos). É rejeitado, por unanimidade, o Projeto de Lei n° 1.274/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 5.173 e 5.174/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende



o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.856/2016, dos deputados Deiró Marra e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater o cumprimento da Lei nº 19.445, de 2011, que estabelece normas para coibir o transporte metropolitano e intermunicipal clandestino de passageiros no Estado. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 6.857/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para instalar defesa metálica (*guardrail*) na Rodovia BR-460, com início no Km 28, sentido Lambari-Jesuânia, até a proximidade do perímetro urbano de Jesuânia, bem como para reconstruir os redutores de velocidade no trecho da rodovia que corta o perímetro urbano desse município;

nº 6.858/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que os quebra-molas situados próximo ao Km 101 da Rodovia MG-353, em Juiz de Fora, sejam amplamente sinalizados através de placas e pinturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Deiró Marra, presidente – Celinho do Sinttrocel – Gustavo Valadares.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/8/2016

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Geraldo Pimenta, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a atual situação da Justiça do Trabalho e sua repercussão no Estado. Registra-se a presença do deputado Rogério Correia. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ellen Mara Ferraz Hazan, vice-presidente da Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas – Amat; Marilda Silva, diretora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB –, representando o Sr. Marcelino Orozimbo da Rocha, presidente; Juliana Benício Xavier, advogada do Sitraemg, representando o Sr. Alexandre Magnus Melo Martins, coordenador-geral, e os Srs. Ricardo Antônio Mohallem, presidente em exercício do Tribunal Regional do Trabalho – TRT – 3ª Região, representando o Júlio Bernardo do Carmo, presidente; João Carlos Gontijo de Amorim, superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais; Glauco Rodrigues Becho, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região – Amatra; Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, presidente da OAB-MG; Vinícius Marcus Nonato da Silva, presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de Minas Gerais – Sinad; Luiz Gonzaga de Oliveira, presidente do Sindicato da Construção Civil de Contagem, representando Vandeir Messias Alves, presidente da Força Sindical de Minas Gerais; Eduardo Sérgio Coelho, secretário do Servidor Público da União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais – UGT-MG, representando Paulo Roberto da Silva, presidente; David Eliude Silva, vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando Antônio da Costa Miranda, presidente; Gilberto Antônio Gomes, presidente da Central Sindical e Popular – CSP – Conlutas. A presidência tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2016.



Celinho do Sinttrocel, presidente – Geraldo Pimenta – Duarte Bechir.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2016

Às 11h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Waldemar Antônio de Arimatéia, procurador-geral de Justiça Adjunto Jurídico, publicado no *Diário do Legislativo* em 23/10/2016. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.541 e 5.561/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/10/2016

Às 10h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Clarice Nascimento Lantelme Silva, presidente do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Papagaio (15/10/2016), e dos Srs. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (22/9/2016); Rômulo Thomaz Perilli, diretor de Operação Metropolitana da Copasa-MG (23/9/2016); Frederico Delfino, diretor de Operação Sul da Copasa-MG (23/9/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.587, 4.919 e 4.921/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.780, 3.455 e 3.477/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.103/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Codemig pedido de providências para intervenções no Lago Guanabara, no Município de Lambari, importante ponto cultural e turístico que vem enfrentando sérios problemas de assoreamento;

nº 7.104/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para fiscalizar e adotar as medidas necessárias para coibir o depósito de entulho em locais impróprios no Bairro São João Batista, bem como determinar o cumprimento da Lei Municipal nº 10.119, de 2011, que estabelece normas para a atividade dos carroceiros em Belo Horizonte;

nº 7.105/2016, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência com convidados para debater o programa Bolsa Verde;

nº 7.106/2016, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência pública para debater o impacto ambiental das atividades econômicas sobre as veredas em Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2016.

Cássio Soares, presidente – Inácio Franco – Dilzon Melo.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/10/2016

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Rogério Correia e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (23), publicados no *Diário do Legislativo* de 15/9/2016. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.289, 5.394 e 5.523/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 737 e 1.767/2015 e 3.179/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos:

nº 7.109/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016, em trâmite no Congresso Nacional, na educação pública em Minas Gerais;

nº 7.110/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a Medida Provisória nº 746, de 22/9/2016, editada pelo governo federal, relativa à reforma do ensino médio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Rogério Correia.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2016

Às 9h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação em que se encontra o Programa Estadual de Prevenção e Controle do Câncer de Mama.



Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte da Ordem do Dia, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Márcia Dayrell, diretora de Redes Assistenciais, representando o secretário de Estado de Saúde; Maria Aparecida Turci, subsecretária de Políticas e Ações de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; Maryane Rodrigues Ferreira, conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, representando o vice-presidente; Bárbara Pace Silva de Assis Carvalho, médica mastologista; Maria Luíza Oliveira, presidente do Grupo Pérolas de Minas – Grupo de Apoio a Mulheres com Câncer de Mama; Maria Elvira Salles Ferreira, presidente da Associação Caminhantes da Estrada Real; e os Srs. José Maurício Lima Rezende, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG; Clécio Ênio Murta de Lucena, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia – Regional Minas Gerais; Thadeu Rezende Provenza, superintendente da Associação de Prevenção do Câncer da Mulher; e Saulo Aparecido de Oliveira Pinto, secretário Municipal de Saúde de Padre Paraíso. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Jorge, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 20 de outubro, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Antônio Jorge.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2016

Às 18h15min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia e André Quintão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o tema "O Brasil que queremos". Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e os Srs. Alexandre Rocha Santos Padilha, secretário Municipal de Saúde de São Paulo, e Emir Simão Sader, sociólogo e cientista político brasileiro. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire – Rogério Correia.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 5.603/2016, do deputado Roberto Andrade, 5.625/2016, do deputado Tito Torres, e 5.626/2016, dos deputados Wander Borges e Mário Henrique Caixa, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.257/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Antônio Jorge, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Beneficente Peron – IBPeron –, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.257/2015 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Beneficente Peron – IBPeron –, com sede no Município de Juiz de Fora, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção da cidadania.

Com esse propósito, a instituição atua no atendimento, no assessoramento e na defesa de direitos socioassistenciais de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, em articulação com órgãos públicos de defesa de direitos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Juiz de Fora, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.257/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2016.

Geisa Teixeira, relatora

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.612/2016****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria da deputada Ione Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Plano de Assistência Comunitária de Novo Cruzeiro – Planaco –, com sede no Município de Novo Cruzeiro.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.612/2016 pretende declarar de utilidade pública a entidade Plano de Assistência Comunitária de Novo Cruzeiro – Planaco –, com sede no Município de Novo Cruzeiro, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção da assistência social e do desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição assessora os associados, estimulando-os ao desenvolvimento integral sustentável da comunidade; incentiva a geração de renda por meio da articulação com órgãos competentes e da aquisição de bens para a produção; promove os direitos socioassistenciais das famílias e da comunidade por meio de encaminhamentos a serviços, projetos, programas e benefícios sociais; e promove a integração de seus beneficiários ao mercado de trabalho.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade Planaco no Município de Novo Cruzeiro, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.616/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2016.

Geisa Teixeira, relatora

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.549/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.549/2016, de autoria do deputado Wander Borges, que declara de utilidade pública o Centro de Apoio Comunitário Mineiro – Ceacom –, com sede no Município de Santa Luzia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.549/2016

Declara de utilidade pública o Centro de Apoio Comunitário Mineiro – Ceacom –, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Apoio Comunitário Mineiro – Ceacom –, com sede no Município de Santa Luzia.



Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2016.

Léo Portela, presidente e relator - Fabiano Tolentino - João Magalhães.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/10/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 27/10/2016, que exonerou Ana Luiza de Andrade, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 27/10/2016, que exonerou Guilherme Soares Leite, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, na edição de 20/10/2016, que exonerou Ildêu de Fátima Coêlho, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 27/10/2016, que exonerou Jorge Corrêa dos Santos, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Deiró Marra;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 27/10/2016, que exonerou Leandro Melo Cunha, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Deiró Marra;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 27/10/2016, que nomeou Jorge Corrêa dos Santos, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 27/10/2016, que nomeou Leandro Melo Cunha, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas;

exonerando, a partir de 26/10/2016, Efrain Lemos de Abreu, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Deiró Marra;

exonerando, a partir de 31/10/2016, Guilherme Silva Araújo Roso, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

exonerando, a partir de 31/10/2016, Lorena Nayara Melo Antunes, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

exonerando, a partir de 31/10/2016, Nadia Maria de Carvalho Barbosa, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Maeli da Silva Nery Gonçalves, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 3/2014

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Caixa Econômica Federal. Objeto: averbação de consignações em folha de pagamento dos servidores ativos (efetivos e de recrutamento amplo) e inativos, deputados da ALMG e respectivos pensionistas. Vigência: 60 meses.